

Cultura

Jornal Angolano de Artes e Letras

22 de Maio a 4 de Junho de 2018 | Nº 161 | Ano VI • Director: José Luís Mendonça •

Kz 50,00

LETRAS

Pág.
7 e 8



II FESTLAB

DESTACA INTERDEPENDÊNCIA
ENTRE LITERATURA
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

GRAFITOS NA ALMA

Pág.
12

TRAJECTÓRIA
DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO
HISTÓRICO E CULTURAL



ECO DE ANGOLA

Pág.
4 e 6

ENSINO PRIMÁRIO:
DETERMINANTE DO PROCESSO
DE MUDANÇA

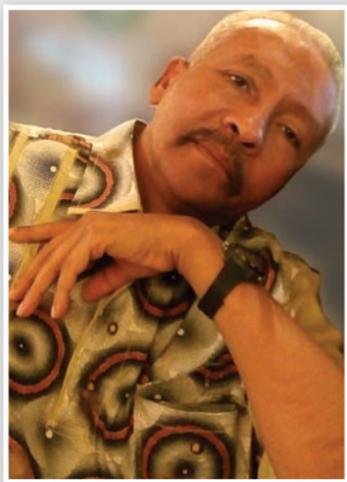


HISTÓRIA

Pág.
13 e 14

O VALOR DO GADO
NA CULTURA
DOS AMBÓS E
NYANEKA-HUMBI





José Luís Mendonça

A INÚTIL IDADE DOS LIVROS

aAngola vive um período muito particular da sua História, em que os factores (materiais e políticos) que moldaram a sociedade actual, desde o 11 de Novembro de 1975, revelam as suas consequências no plano da intelectualidade, ou seja, do pensamento crítico e das manifestações linguísticas derivadas do (mau) uso da Língua Portuguesa.

A sociedade angolana insere-se no contexto universal de uma Humanidade em processo de mudança do seu paradigma de civilização, do seu conceito de valoração do conhecimento. Assiste-se a uma crise de valores humanos, que está a redundar numa aversão ao conhecimento escrito, através do fenómeno mundial da des-leitura. Quase ninguém lê, hoje em dia. Porque é que ler não atrai a juventude? Não é apenas devido à intrusão do Android, não senhor! Não é apenas devido ao fascínio do ecrã, não senhor!

Afinal, o que se está a passar entre nós, humanos? Quem vai beneficiar de tantas palavras e números guardados nos livros, se não os queremos mais abrir? Ou será que a sociedade de consumo consumiu também o tempo necessário para abrimos um livro e lê-lo com paixão até ao fim?

Aonde nos levará esta nova realidade, na qual, em todo o mundo, as editoras de livros estão a entrar numa tremenda depressão financeira?

De que forma, devemos educar as novas gerações que já não sentem atracção nenhuma pela leitura, nem mesmo pelo livro acessível na Internet a custo zero?

Não se vislumbra, em Angola, para os próximos 50 anos, outra fonte de saber mais acessível do que o livro. Daí que para garantir o futuro promissor do país é urgente a edificação de um sistema de acesso ao livro, com infra-estruturas e serviços já existen-

tes e outras a criar, através do qual fôssemos capazes de:

1. Investir poderosamente na reciclagem e formação dos professores para a pedagogia da leitura, incutindo-lhes também o hábito de lerem. Como já existe legislação sobre esta matéria, então o que falta é pô-la em prática.

2. O Estado deve subvencionar o preço do livro, desonerando as taxas aduaneiras de importação do livro, seja ele qual for o objecto que o enforma, porque Angola não fabrica livros e está com um atraso intelectual muito grande que não pactua com os ditames do comércio. O homem é prioridade absoluta para o desenvolvimento.

3. Investir nas bibliotecas populares de bairro, incluindo bibliotecas móveis e em projectos de círculos de leitores juvenis em cada rua, em que cada um contribui com 200 kwanzas, para a compra de um, dois ou três livros que seriam lidos por um círculo de 10 a 20 leitores.

4. Incentivar a venda de livros também nas lojas de conveniência (Mamadous).

5. Investir no acesso ao livro através de um sítio electrónico nacional.

6. Permitir a leitura doméstica de obras do acervo da Biblioteca Nacional, através do registo e controlo do leitor, que terá um cartão.

Doutra forma, os angolanos serão devorados pela maré competitiva da Globalização, que não se compadece com o marasmo da falta de aplicação prática de políticas públicas que dêem o valor devido ao LIVRO e à LEITURA, como paradigma essencial da formação das novas gerações e da população em geral. Sob pena de a nossa forma de estar no mundo passar a ser ditada pela desvalorização de um artefacto muito útil que é o livro, e aí estaremos a viver uma inútil idade dos livros.

Cultura

Jornal Angolano de Artes e Letras

Nº 161/Ano VI/ 22 de Maio a 4 de Junho de 2018

E-mail: cultura.angolana@gmail.com

site: www.jornalcultura.sapo.ao

Telefone e Fax: 222 01 82 84

CONSELHO EDITORIAL

Director e Editor-chefe:

José Luís Mendonça

Editores:

Adriano de Melo e Gaspar Micolo

Secretária:

Ilda Rosa

Fotografia:

Paulino Damião (Cinquenta)

Arte e Paginação:

Jorge de Sousa,

Alberto Bumba e Sócrates Simóns

Edição online:

Adão de Sousa

Colaboram neste número:

Angola: Analtino Santos, Barros Neto, Domingos Calucipa, Emanuel Caboco, Filipe Zau, Leonel Cosme, Lito Silva, Soberano Canhanga

FONTES DE INFORMAÇÃO GLOBAL:

AFREKA

AFRICULTURES, Portal e revista de referência

AGULHA

CORREIO DA UNESCO

MODO DE USAR & CO.

OBVIOUS MAGAZINE

Normas editoriais

O jornal Cultura aceita para publicação artigos literário-científicos e resenhas bibliográficas. Os manuscritos apresentados devem ser originais. Todos os autores que apresentarem os seus artigos para publicação ao jornal Cultura assumem o compromisso de não apresentar esses mesmos artigos a outros órgãos. Após análise do Conselho Editorial, as contribuições serão avaliadas e, em caso de não publicação, os pareceres serão comunicados aos autores.

Os conteúdos publicados, bem como a referência a figuras ou gráficos já publicados, são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Os textos devem ser formatados em fonte Times New Roman, corpo 12, e margens não inferiores a 3 cm. Os quadros, gráficos e figuras devem, ainda, ser enviados no formato em que foram elaborados e também num ficheiro separado.

Propriedade



Sede: Rua Rainha Ginga, 12-26 | Caixa Postal 1312 - Luanda
Redacção 222 02 01 74 | Telefone geral (PBX): 222 333 344
Fax: 222 336 073 | Telegramas: Proangola
E-mail: ednovembro.dg@nexus.ao

Conselho de Administração

Victor Silva (presidente)

Administradores Executivos

Caetano Pedro da Conceição Júnior

José Alberto Domingos

Carlos Alberto da Costa Faro Molares D'Abril

Mateus Francisco João dos Santos Júnior

Administradores Não Executivos

Olimpio de Sousa e Silva

Catarina Vieira Dias da Cunha

MOLDAR ANGOLA

No seguimento de outros meus artigos cujos tópicos remetem para a epígrafe, designadamente aqueles em que abordo os últimos livros de poemas de José Luís Mendonça e Carlos Ferreira; e resgatando o título de um importante ensaio de Achille Mbembe - *Moldar o futuro de África* - é para mim agora estimulante aditar uma expectativa de como se poderá moldar o futuro de Angola, partindo de dois vectores que extraio da "mensagem" daqueles dois conceituados pensadores angolanos: Esperança e Confiança.

Sou charrua sem tractor,

Sou razão suficiente.

**Removo as raízes de um tempo
que está por nascer em Angola.**

Diz Ferreira:

Porém, a hora há-de chegar!

**todos os tambores não-de ecoar
todos os caminhos serão
de novo desbravados a ténue mal
ha do resgate será
tecida por mãos secas de implorar
outras gerações farão
perguntas o tribunal da vida abri
rá suas portas para as
contas finais deste rosário magado**

voltaremos então ao princípio!

Como em nenhum dos citados leio autoflagelação ou quejando, o que neles sobrenada há-de ser um desafio, perante si próprios, perante Angola, perante África e até perante o Mundo, já que todos são igualmente passivos de uma construção ou reconstrução em liberdade. Avocando Mbembe: "No tempo presente, quando africanidade rima com mundialidade, libertar África implica forjar novas armas para acompanhar o continente nos seus esforços para se

afirmar no mundo. Há uma mudança de paradigma e devemos explorar todas as suas consequências."

Todavia, não podemos esquecer que "muitas são as Áfricas", como observava o então embaixador brasileiro na Nigéria, Antônio Olimpo, na década de 60, considerando as diferenças dos caminhos escolhidos após a sua independência, a despeito de um passado colonial comum em muitos aspectos, como o da exploração e humilhação, e outros, mais profundos, concernentes ao grau de desenvolvimento sócio-cultural do colonizador e do colonizado.

Cada terra e cada povo, sujeitos a estes condicionalismos, fizeram com que Angola tivesse um certo passado e provavelmente terá um certo futuro, diferente ou igual ao de "outras Áfricas". Mas, fatalmente, o molde não se despojará da "herança" de 500 anos de dominação portuguesa, com a sua raça, língua, religião, práticas e costumes, em confronto permanente com a "herança" dos dominados, estes diminuídos pela diversidade dos seus espaços geográficos e representações étnicas. Angola só será igual à Nigéria na escolha que fizerem, agora e depois, do modelo económico-social de sobrevivência e reafirmação.

Retomemos Mbembe, quando assevera que a história de África se baseia em circulações: "As nossas culturas foram produzidas ao longo do tempo pelo movimento, a multiplicidade e a junção de elementos aparentemente heterogéneos e incompatíveis. (...) A itinerância, a plasticidade, a transumância, a capacidade de aplanar fronteiras moldaram as nossas civilizações e as formas próprias de ser e mesmo de pensar."

Facto é que pelo seu passado colo-

nial, pelo modo como começou e terminou, pelas influências maléficas e benéficas que sofreu, pela dispersão do seu povo em diásporas receptoras e mediadoras de ideias e interesses, Angola acabou por enfrentar um novo dilema: contra eventual impasse, escolher o melhor caminho consequente com o melhor destino.

Para José Luís Mendonça, é preciso "reencontrar o passado da África, contra a tese globalizante de que os europeus são entendidos como os 'fazedores da história' e que o mundo tem um centro geográfico que lidera e inova e uma periferia sempre em estado de atraso que apenas sabe imitar."

Para Eugénia Kossi, "O sistema político e a sociedade, em geral, têm de começar a olhar para o mundo tradicional com a sua sabedoria ancestral como parte do contexto sócio-cultural das nações africanas. (...) Assim sendo, o reconhecimento do processo dialógico das comunidades tradicionais permite que todos os membros da macro-sociedade tenham expressão tendo como base a sua própria visão do mundo."

Para Nok Nogueira, "A elite intelectual africana, responsável pela emancipação do jugo colonial, foi nos últimos anos substituída por outra: a elite do poder. Que se despiu dos fundamentos que mantiveram acesa a chama das liberdades africanas. Esta elite não só subverteu a dinâmica cultural das nações, como instaurou uma inércia nas relações culturais entre os povos."

Para Boaventura Sousa Santos, "O que terminou com os processos de independência do século XX foi uma forma específica de colonialismo, e não o colonialismo como modo de dominação. A forma que terminou foi



LEONEL COSME

o que se pode designar por colonialismo histórico caracterizado pela ocupação territorial estrangeira. Mas o modo de dominação colonial continuou sob outras formas.

O colonialismo como modo de dominação assente na degradação ontológica das populações dominadas por razões etno-raciais está hoje tão vigente e violento como no passado."

No que toca a Portugal, diz ainda Nok Nogueira: "Angola e Portugal estão, felizmente, querendo ou não, condenados a manter uma parceria estratégica saudável devido à posição que ambas as nações ocupam no plano internacional.

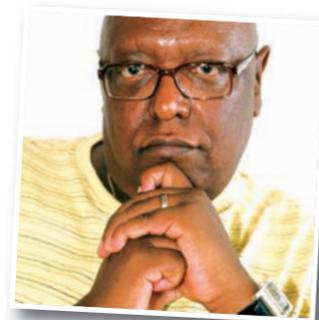
Recomendamos, por isso, vivamente que nos livrem a nós, angolanos e portugueses de bem, desses desvarios e desse sentimento de ódio, de rejeição do Outro, dessa vontade expressa de maldizer os nossos países, quando as coisas correm mal para os círculos de interesses de parte a parte."

E Achille Mbembe: "Tal como a autoflagelação, que pretende compensar, a auto-exaltação não tem o menor interesse. África não é o reino da virtude nem o reino do vício. O que importa realmente é não nos enganarmos a nós próprios e não perder de vista as nossas potencialidades. O nosso futuro está nas nossas mãos, podemos moldá-lo e orientá-lo no sentido que desejamos."

Donde, como já disse Júlio César na travessia do Rubicão: *Ala jacta est!* - os dados estão lançados.



ENSINO PRIMÁRIO PRÉ-REQUISITO DETERMINANTE PARA O PROCESSO DE MUDANÇA



FILIPE ZAU

Introdução

A relevância do papel social da Educação como factor de mudança vem sendo repetidamente anunciado. O conhecido pedagogo Paulo Freire afirmava que a "Educação não transforma o mundo. A Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo; ou seja, promove a pessoa humana e a sua integração na sociedade.



1. O Ensino Primário como primeira etapa para o desenvolvimento

Se levarmos em conta um estudo do Banco Mundial de 1990 sobre a importância do ensino primário, o mesmo informa-nos que "nos últimos 100 anos nenhum dos 34 países mais ricos do mundo poderia realizar o respectivo milagre económico se antes não tivesse generalizado o ensino primário".

Diz-nos também que "um ano de escolarização faz baixar em 9% a mortalidade infantil; a queda de um ponto percentual na taxa de analfabetismo, em África, faz aumentar em dois anos a esperança de vida; quatro anos de estudos primários fazem aumentar a produtividade agrícola em 8,7%. Então, porque não apostar seriamente na Educação e, particularmente no ensino primário, se este constituía até um dos Objectivos de

Desenvolvimento do Milénio?

Sir William Arthur Lewis, Prémio Nobel em Ciências Económicas, em 1979 e primeiro negro a ganhar este prémio numa categoria diferente do da Paz, refere que, contrariamente ao que muita gente pensa, "Educação nunca foi despesa. Sempre foi investimento, com retorno garantido." (1)

Por outro lado, apesar de a universidade ser um alicerce fundamental para a formação e os governos dos países africanos não podem deixar de lhe prestar a devida atenção, ela só alcançará a qualidade mínima desejada, se o Ensino Primário for merecedor da atenção necessária por parte dos Governos. Como refere o economista Adelino Torres, "pela simples razão de que não se constrói um edifício começando pelo telhado". (2)

2. As diferentes abordagens em Educação

A Educação representa no mundo contemporâneo uma questão social complexa, que deve ser vista a várias escalas de análise, cada uma delas exigindo medidas de intervenção adequadas. De acordo com o sociólogo Hermano Carmo, podemos encarar as questões educativas a partir de três níveis de abordagem:

- Numa perspectiva macro-sociológica, a educação é concebida como uma questão económica e política, quer pela amplitude de necessidades e recursos envolvidos, quer ainda pelos efeitos globais do seu funcionamento;

- Numa perspectiva meso-sociológica, a educação é entendida como um problema organizacional, uma vez que a gestão dos recursos (humanos, materiais e financeiros) tem efeitos imediatos na eficácia e na eficiência do processo educativo;

- Numa perspectiva micro-sociológica,

a educação é entendida como um problema psico-social, uma vez que o processo educativo resulta de relações inter-pessoais, estabelecidas entre os diversos protagonistas envolvidos no processo.(3)

A Educação como questão política, económica e socio-cultural também levanta questões de identidade, que não podem, nem devem, ser subestimadas, por estarem associadas à imperiosa transmissão de valores (culturais, éticos, estéticos, morais, patrióticos e deontológicos) das gerações mais idosas para as gerações mais jovens. Há, sim, que garantir a coesão nacional. Mas não podemos perder de vista as especificidades patrimoniais de cada país, quer no que respeita ao multiculturalismo e plurilinguismo, quer no que concerne às assimetrias de desenvolvimento. No caso de Angola, entre litoral e interior e entre campo e cidade.



3. Noção de desenvolvimento endógeno

A endogeneidade, segundo Baba Akhib Handara, ex-responsável da UNESCO para África, remete-nos para as fontes das tradições africanas, mas com um imperioso desejo de progresso, de modernização e de abertura à comunidade. O importante, na abordagem endógena, encontra-se na origem e na inspiração da construção e da organização do desenvolvimento, devendo este centrar-se nas pessoas, as quais, por este facto, devem constituir a sua finalidade.⁽⁴⁾

Ao tomar-se consciência da particularidade dos aspectos culturais, no âmbito do desenvolvimento global, a endogeneidade passou a constituir uma das reivindicações essenciais da educação africana moderna, já que funde a personalidade e a identidade individual e colectiva. Desta forma, os sistemas de educação africanos poderão, através do ensino, reencontrar e, posteriormente, enriquecer os valores do património cultural e educativo africano, de modo a que os mesmos venham no futuro a ser utilizados em prol do desenvolvimento, da autonomia e da sustentabilidade dos países africanos.

A endogeneidade passou, ultimamente, também a constituir uma preocupação do ensino superior que, na sua dupla função de ensino e pesquisa, terá como objectivo salvaguardar a identidade cultural de indivíduos e grupos e promover as culturas dos povos africanos. Daí que já comecem a aparecer numerosos e variados trabalhos científicos, que abordam tanto o estudo do “saber-fazer” tradicionais e das tecnologias locais, como ainda o estudo da tradição oral e das línguas africanas.

4. Razões para a introdução das

línguas africanas no ensino

As principais razões para a introdução das línguas africanas no ensino, na opinião de Joseph Poth, especialista em Didáctica das línguas junto do Instituto Nacional de Educação da República Centro Africana, decorrem, essencialmente:

- Do elevado índice de reprovações que se verifica na escola primária, por falta da necessária competência linguística nas línguas de escolarização de origem europeia;

- Dos avanços alcançados pela linguística, no que se refere aos sistemas de funcionamento das línguas, o que, no plano teórico, acabou por ultrapassar dificuldades consideradas, até bem pouco tempo, insuperáveis;

- Dos progressos alcançados pela psicologia, que realçou a importância primordial da língua materna no desenvolvimento psicomotor, afectivo, moral e cognitivo da criança;

- Do imperativo de, pedagogicamente, organizar os programas do ensino e da formação, de acordo com a realidade cultural, linguística e humana de África.

Há, por outro lado, que considerar ainda nesta matéria o seguinte: o paradigma de aprendizagem em línguas africanas não levanta problemas relacionados com o discurso pedagógico. Falha, no entanto, ou apresenta sérias dificuldades na sua operacionalização, se a Educação não for reconhecida como um sector de eleição. Este modelo de educação, criado para dar resposta às questões de diversidade cultural e linguística também falha, se houver: falta de materiais didácticos adequados, falta de formação pedagógica apropriada e, principalmente, falta de vontade política, falta de apoio das populações e das diferentes elites existentes no país.⁽⁵⁾

Para além da falsa ideia de que a educação é um gasto e que o ensino primário é menos importante do que os ensinos secundário e superior, há ainda a falsa ideia de que existe um tipo de educação universal. As sociedades encontram-se estruturadas em função de códigos sociais e interagem em função dos seus membros a partir de costumes, princípios, regras, formas de ser, que podem, ou não, estar fixadas em leis escritas. Os professores funcionam de acordo com o tipo de educação que é pensado, criado e posto a funcionar. Não para uma espécie de “educação universal” que, segundo o sociólogo Emile Durkheim, “não pode nem deve existir”. Mas, sim, para cada sociedade real e histórica que, em determinado momento do seu desenvolvimento, cria e impõe o tipo de educação que necessita. Na sua obra *Pedagogia da Autonomia*; saberes necessários à prática educativa, Paulo Freire, considerava que, o que há, universalmente, em educação é uma “rigorosidade ética”, de que professores e alunos não se podem abster.

5. A inoperância de funcionamento do nosso Subsistema de Formação de Professores

De acordo com a nova Lei de Bases do Sistema de Educação (LBSE), o Subsistema de Formação de Professores deverá “(...) formar professores e demais agentes de educação com o perfil necessário à materialização integral dos objectivos gerais da educação nos diferentes subsistemas de ensino” [Artº 44 alínea a]. “Formar professores e demais agentes de educação com sólidos conhecimentos científicos, pedagógicos, metodológicos, técnicos e práticos [Artº 44 alínea b]”. Uma formação, com a duração de qua-

tro anos, que se inicia, após a 9ª classe, em Escolas do Magistério Primário e que deveriam ter uma conexão com os Institutos Superiores de Educação (ISCED) e com as Escolas Superiores Pedagógicas. Tal não existe, porque o Subsistema de Formação de Professores tarda em estar regulamentado. Um problema que só poderá ser resolvido através de uma estreita cooperação entre o actual Ministério da Educação e o Ministério do Ensino Superior, Ciência e Inovação, bem como ainda entre estes dois departamentos ministeriais e o Ministério da Cultura, face às questões de endogeneidade e da necessidade de introdução das línguas maternas africanas no ensino. Quer como meios facilitadores de aprendizagem, quer como matérias do currículo.

Acresce o facto de a grande maioria dos formandos do ISCED e talvez das Escolas Superiores Pedagógicas, não pensarem em ser professores no final dos seus cursos e, muito menos, formadores de formadores em escolas de formação docente. Com este percurso, fica, indefinidamente, por se resolver o problema dos professores com o perfil académico-profissional exigido para o papel social necessário.

Se atendermos ao crescimento populacional no nosso País, estimado em 3% ao ano, a falta gritante de professores manter-se-á e tenderá a agravar-se, tanto mais quanto menos a carreira docente for considerada pouco atractiva. Aquando da nossa Independência, o professor em Angola era considerado um “combatente da linha da frente”. Hoje, segundo o Prof. Luiz Roberto Prandi, Professor Titular da Universidade Paranaense “o desrespeito ao professor retrata a decadência de uma sociedade” (6) e “se não aprendermos a adaptar-nos à mudança acelerada e a controlá-la, iremos, futuramente, ficar reféns da mesma, como afirma o sociólogo Hermano Carmo.” (7)

A formação docente é a forja para a formação de recursos humanos para o desenvolvimento, onde: “os professores – em formação ou em exercício – se implicam individualmente ou em equipa em experiências de aprendizagem, através das quais adquirem ou melhoram os seus conhecimentos, competências e disposições”. Complementarmente, os saberes, as competências e as normas adquiridas através da formação inicial e contínua, permitir-lhes-á “intervir profissionalmente.” (8)

6. A especificidade da formação de professores

A formação de professores apresenta características específicas, que a distingue de outros tipos de formação, atendendo aos três seguintes aspectos:

- Trata-se em primeiro lugar, de uma formação em duas vertentes, já que inclui uma componente académica e uma outra componente pedagógica (conteúdos das Ciências da Educação), independentemente da maior ou menor ênfase concedida a qualquer



das vertentes na organização dos diferentes sistemas organizacionais;

- A formação de professores tem um carácter profissional, uma vez que a sua finalidade concreta é a de formar pessoas, que irão trabalhar na docência;

- A formação de professores é uma formação de formadores, que decorre da “analogia estrutural entre o lugar físico da formação e o espaço onde decorre a prática profissional.”

6.1. A componente académica e científica

De um modo geral, entende-se que, quanto maior for a preparação dos candidatos ao exercício da docência, melhores condições de partida são oferecidos aos estudantes e melhores garantias passam a existir para o sucesso do próprio sistema educativo. No início da década de 90, um estudo sobre o perfil académico para a entrada na formação de professores, verificou o seguinte: nos países desenvolvidos e já em muitos países em desenvolvimento, já se verificava a tendência para colocar a formação de professores ao nível terciário, o que se subentende que, a profissionalização de um professor do ensino primário, já exige um perfil académico correspondente ao ensino universitário.

Em África, países como o Egipto e a Tunísia, já, em 1991, colocavam a fasquia da formação de professores ao nível do ensino superior, mantendo, porém, uma outra ao nível do 2º ciclo do ensino secundário. Outros países africanos como o Burundi, Níger, Gabão e Ghana realizavam, na década de 90, a formação de professores para o ensino primário, ao nível do 2º ciclo do secundário. Contudo, para que pudessem dar aulas ao 1º ciclo do ensino secundário – etapa logo a seguir ao

ensino primário – já lhes era exigida uma formação superior.

O sistema de formação de professores nos Camarões era, por volta de 1991, aquele que mais se aproximava da realidade angolana. Pese a existência de uma vasta rede de instituições naquele país, há uma enorme carência de professores e para fazer face a esta situação, este país recorria a diferentes modalidades de formação, incluindo modelos não convencionais.

Socorriam-se, por exemplo, das chamadas escolas normais para a formação de professores suplentes, onde o período de preparação correspondia a 2 anos, para aqueles que terminavam o 2º ciclo secundário. A diferença de qualificação à entrada implica na diferença de duração dos estudos. Mas, apesar do défice de professores que existia na República dos Camarões, o recrutamento dos candidatos para as instituições de formação já era selectivo, levando em linha de conta, entre outros aspectos: a aprovação num exame de admissão; as habilitações literárias; a idade do candidato para cada um dos tipos de escolas de formação.⁽⁹⁾

De acordo com a Lei 17/16, a actual Lei de Bases do Sistema de Educação, o perfil de entrada dos futuros candidatos ao Magistério Primário (9ª classe) corresponde ainda ao perfil de entrada dos professores primários do tempo colonial (5º ano liceal ou equivalente), uma realidade de há mais de 40 anos atrás. Curiosamente, no programa do MPLA saído no V Congresso, realizado em Dezembro de 2003, este perfil de entrada coincide com o actual nível de ensino obrigatório:

“(…) acalentar com maior consistência a perspectiva apontada no Programa do MPLA que orienta a criação de condições para garantir a efectividade da escolaridade obrigatória até à nona (9ª) classe do ensino geral cuidando da

redução da taxa de abandono e insucesso escolar e assegurando a gratuidade dos serviços de acção social escolar. Para o efeito o MPLA deve promover e estimular a adopção de programas concretos de formação sistemática de professores e outros recursos humanos para todo o sistema de educação e ensino, a quem deverá ser assegurada a melhoria das suas condições sociais, tendo em conta o seu perfil fulcral e interventivo na formação de novas gerações”.⁽¹⁰⁾

Nesta ordem de ideias, tal como já ocorre em alguns países africanos, a localização da formação docente em Angola, terá de tender, necessariamente, para o nível terciário.

“A adequação do sistema de educação e ensino à evolução permanente do mundo da ciência e da técnica será tida pelo MPLA como uma referência obrigatória, tendo em conta a necessidade de recursos humanos para o País e a longa trajectória que o actual sistema de educação e formação comporta, para que um angolano atinja a sua plena formação, sobretudo de nível superior”.⁽¹¹⁾

Se assim não for, teremos professores com uma mesma formação académica que a dos estudantes, o que os torna, segundo Phillipe Perrenoud, “incapazes de desenvolverem estratégias a longo prazo.”

6.2. A componente profissional-pedagógica

Contudo, as actuais circunstâncias do desenvolvimento económico e social angolano, associadas ao facto da actividade docente não ser atractiva, leva ao recrutamento de “formadores” sem qualquer formação pedagógica. Tal como o kimbanda, que até pode curar muitas doenças através do seu conheci-

mento empírico, por mais que resolva ou minimize os problemas de saúde de muitas pessoas, não se transforma automaticamente num médico, a não ser que frequente uma instituição vocacionada para o efeito. Também em Educação, temos que chamar as coisas pelos seus próprios nomes. O facto de haver pessoas que circunstancialmente dão aulas em instituições de ensino primário, secundário ou terciário, sem a necessária formação profissional, não as torna automaticamente em professores.

Apenas dão aulas pela escassez de profissionais da docência, sendo, por conseguinte, os “kimbandas” da Educação. Daí que, por vezes, haja uma certa teatralização montada: os docentes fingem que ensinam e os alunos fingem que aprendem. Mas, segundo o pedagogo António Nóvoa, “não há ensino de qualidade, nem reforma educativa, nem inovação pedagógica, sem uma adequada formação de professores.”⁽¹²⁾ Em meu entender, essa foi a maior dificuldade da reforma educativa e consequentemente da formação de recursos humanos nacionais.

Diz Mauro Laeng, no seu “Dicionário de Pedagogia”, que

se deve “evitar a opinião equívoca de que qualquer indivíduo pode ser professor, desde que saiba o que vai ensinar. Há aspectos próprios da profissão magistral que só uma cultura adequada (nas ciências humanas, principalmente psicológicas e sociais, e na pedagogia e didáctica) e um estágio apropriado podem, geralmente, desenvolver”.⁽¹³⁾

De um modo geral, a falta de qualidade no ensino resulta principalmente do baixo perfil profissional do nosso docente, que terá de ser munido de competências resultantes de um saber (epistemológico), de um saber-fazer (pragmático) e de um saber situar-se (metacognitivo e axiológico).

II FESTLAB DESTACA INTERDEPENDÊNCIA ENTRE LITERATURA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Livre circulação de artistas e bens culturais nos países africanos de expressão portuguesa, criação de um prémio de referência "Alda do Espírito Santo" e a plataforma electrónica de autores são algumas das propostas da segunda edição do Festival Literário Luso-afro-brasileiro.

GASPAR MICOLO

O Centro Cultural Brasil-Angola (CCBA) acolheu nos dias 15 a 18 de Maio o II Festival Literário Luso-afro-brasileiro (Festlab), com a presença de 17 convidados do Brasil, Cabo Verde, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. Logo no primeiro dia do evento, que contou com a curadoria do escritor angolano José Luís Mendonça e da directora do CCBA, Nídia Klein, as problemáticas do acesso, as alternativas de edição e publicação e a tradição oral estiveram em debate. Com a moderação do professor investigador da Universidade Piaget, Pedro Ângelo Ferreira, a editora e jornalista Mirna Queiroz, o escritor António Fonseca e a professora Domingas Monte foram chamados a arrancar o debate no primeiro dia do evento que se estenderia até sexta-feira, 18.

O poeta e ensaísta angolano António Fonseca, nascido em 1956, lança o seu olhar sobre a importação, produção, distribuição e comercialização do livro. Ocasão aproveitada para criticar a Pauta Aduaneira que, segundo o escritor, encarece o livro, revelando mesmo uma distorção da política cultural. "O país se esqueceu que a Pauta Aduaneira é um instrumento de política económica e igualmente de execução de política cultural", diz, acrescentando que seria por via deste instrumento que se estimularia a produção local. "Promove-se a importação de determinados tipos de livro em detrimento da produção nacional", acusa, avançando mesmo que se poderá estar a incentivar o surgimento de um determinado imaginário cultural.

Antigo director do Instituto Nacional do Livro e do Disco (INALD), António Fonseca, vai mais longe e diz que o problema do livro prende-se sobretudo com a falta de edição e distribuição, já que o país passou de uma realidade em que tinha duas empresas públicas que se encarregavam da produção e distribuição do livro a um cenário de ausência total de incentivo à leitura. O escritor referia-se ao INALD e à Empresa Distribuidora Livreira (EDIL, do MPLA), que, mesmo na altura do conflito armado, garantiam a aquisição e a distribuição de livro em todo território nacional. "E nessa altura lia-se muito e em todo sítio: na escola, na praia, em casa, nos quartéis...", conta.

Na base deste cenário poderá estar aquilo que António Fonseca chama "ideia errada do que é a democracia" ao retirar o Estado do mercado. "Há funções que o Estado deve continuar a exercer enquanto o mercado não funcionar adequadamente", atira.

Bastante crítico do incumprimento da Lei de Promoção do Livro e da Leitura, António Fonseca reafirma que o



Estado não deveria abandonar completamente o sector a fim de se estimular uma economia da cultura. E nisso aponta igualmente o dedo ao empresariado local. "É necessário haver empresariado que pensa no livro, na sua dimensão económica, desde a edição à distribuição", diz, apelando inclusive a aposta da banca que, explica, não cria uma única linha de crédito que favoreça o surgimento da indústria do livro.

Com efeito, assim como António Fonseca, a escritora Cremilda de Lima também vê as graves consequências do incumprimento do Programa Nacional de Leitura, e uma delas é certamente a falta de hábito de leitura dos estudantes e do público em geral. Ao intervir, no meio da vasta plateia, a autora de livros infantis diz mesmo que a maioria das pessoas não lê, porque os livros são caros ou por falta de hábito de leitura. Por esta razão, questionou os prelectores sobre as razões de não ter sido implementado o Programa Nacional de Leitura, preocupação que viria a ser reforçada e direccionada à secretária de Estado da Cultura, Maria de Jesus da Piedade, pelo escritor e moderador do evento, José Luís Mendonça, para quem a situação é tão grave que há estudantes universitário que não lêem um único jornal o ano inteiro.

Já o moderador do debate, Pedro Ângelo Ferreira, ergue um livro em vários suportes, em papel, em áudio e vídeo. Faz igualmente o apelo à leitura. E fá-lo vivamente, em pé: "A utilidade do livro e, por maioria de razão, da biblioteca só se revela no momento em que a palavra encarcerada se solta, e liberta e passa a fazer parte do património de cada um". Daí a complexidade da leitura.

O investigador do Gabinete de Línguas do Centro de Investigação e Inovação do Departamento de Estudos

Avançados da UNIPiaget recua até Quintiliano, professor de retórica e filólogo, que nasceu em Calahorra no ano 35 e morreu em Roma no ano 96 da nossa era. "Quintiliano deixou escrito aquilo que se pode catalogar como uma filosofia da leitura, baseada numa aprendizagem sem pressa. Já cordeiro da Mata na sua colecção de provérbios, há um em quimbundo que diz «que quem ensina a andar uma criança não se deve apressar»", diz, explicando que Quintiliano e o Mata estão na mesma onda pedagógica.

Aproveitando o painel de convidados, o moderador deixou a questão: "Que outros valores estão a tomar o lugar do livro". Pedro Ângelo Ferreira revela que é levado a pensar no suporte digital para substituir o contentor de palavra que é o livro. "Estou a ver uma central de produção de conteúdos a alimentar 10 milhões de "tablets" nas mochilas dos alunos em vez dos 50 milhões de livros e outros tantos milhares de cadernos todos juntos a pesarem 55 toneladas nas costas dos nossos filhos, netos e bisnetos", diz o professor investigador, erguendo um livro que carregava nos formatos áudio e em papel. A vasta plateia aplaude a ideia. E a correspondência viria do Brasil. "A Internet hoje oferece um ambiente híbrido à leitura", diz Mirna Queiroz, jornalista e editora brasileira, que é a fundadora e editora da revista digital de literatura fundada em 2010, em São Paulo, e que se destaca no incentivo ao hábito de leitura e difusão da literatura de língua portuguesa. Mirna Queiroz garante que o livro digital é um suporte que não deve ser ignorado. E o livro digital leva algumas vantagens, nomeadamente, ausência de custo de impressão, logística, papel, gráfica e distribuição. Os custos

principais da tradição editorial, como revisão de texto e arte de capa, ficam mais alocados na despesa do impresso, enquanto o digital tem custos de conversão, de administração de plataforma, entre outros. De acordo com os dados disponíveis no Brasil, 6,89 por cento das unidades comercializadas pelas editoras de interesse geral em 2016 eram livros digitais (e-books), o que representou 3,16 por cento da faturação das empresas do sector.

Mirna Queiroz conta que, a sua revista digital, teve de Janeiro a Maio deste ano cerca de 100 mil visitantes (número de vezes que uma página da Internet é visualizada, considerada medida importante para avaliar a audiência de um sítio). "Não podemos olhar o fenómeno com preconceito, pois quando surgiu a prensa do alemão Johannes Gutenberg, por volta de 1450, houve uma expansão do livro e aquilo também era considerado uma aberração", explica.

Licenciada em Línguas e Literaturas Africanas e mestre em Estudos Literários Culturais e Interartes, Domingas Monte valoriza os diversos "suportes" do livro, nomeadamente em papel, digital e áudio, tudo para o bem da leitura, pois só essa interessa. "A leitura acaba por ser tão importante que todos suportes são necessário para a sua promoção", avança, descrevendo as vantagens da leitura na vida pessoal, na capacidade intelectual e para a cosmovisão. A escritora e professora universitária chama ainda para si o tema "tradição oral e contação de histórias (leitura dramática, teatralização e musicalização) como gatilhos para o despertar para a leitura" e revela a importância da valorização da literatura oral.

No segundo dia do evento, o painel sobre Literatura Infantil teve como moderadora a directora do Camões-Centro Cultural Português, Teresa Mateus. Os debates foram conduzidos pelo escritor angolano Hélder Simbad e os brasileiros Marta Costa e Felipe Fortuna, que abordaram os temas "Equívocos derivados da iliteracia literária", "Literatura ou notícia moralista?", "O fascínio da ilustração: técnicas, tendências, equilíbrio entre texto e imagem e convergência etária" e "Literatura infanto-juvenil: um género esquecido?". No mesmo dia, à tarde, o painel sobre O livro como ferramenta dialógica inter-geracional, contou com as intervenções de José Luís Mendonça, Lopito Feijóo e a brasileiro Josélia Aguiar. "Livro e tecnologia" foi o painel para o terceiro dia do Festlab, cujos temas foram: "Criação de uma rede de agentes culturais e recursos electrónicos literários na CPLP", "A tecnologia como aliada aos meios tradicionais de criação literária contemporânea - impactos e adaptações" e

"Difusão literária – novas perspectivas – rádio, gadgets, aplicativos, áudio-livros", moderação de Nidia Klein, directora do CCBA, e participaram os escritores moçambicano Mbate Pedro, santomense Orlando Piedade e o brasileiro Felipe Fortuna.

DÍALOGOS SOBRE O QUE NOS UNE E NOS SEPARA

Existirá uma interdependência entre Literatura e Desenvolvimento Social? A primeira resposta a esta questão coube ao moderador do último dia de debate do II Festlab. Para lá da alma do livro, o escritor José Luís Mendonça realça uma dimensão fundamental do livro, o de mediador da cooperação. Entre povos e entre sectores. O curador do evento resgata a mensagem da directora-geral da UNESCO, Audrey Azoulay, por ocasião do Dia Mundial do Livro e dos Direitos de Autor, assinalado a 23 de Abril, para lembrar que o livro é um "símbolo de criatividade, que permite a partilha de ideias e conhecimento, transpondo fronteiras e fortalecendo o entendimento mútuo e o diálogo". Diálogo esse que juntaria naquela noite porta-vozes que transpuseram fronteiras. Flávia Amparo, do Brasil; Maria João Cantinho, de Portugal; Abraão Vicente, de Cabo Verde e Ondjaki, de Angola, procuram pelo diálogo olhar para "O que nos une e o que nos separa enquanto Literatura em Língua Portuguesa" e visitar "O papel da literatura e do escritor na construção de um diálogo transversal entre os povos falantes do português".

O escritor e artista plástico cabo-verdiano Abraão Vicente antecipa-se no diálogo da transposição de fronteiras e agradece pela aproximação a Angola intermediada pelo Brasil, numa referência ao Centro Cultural Brasil-Angola, que acolhe o evento.

Na dupla condição de ministro da Cultura e das Industrias Criativas do seu país e escritor, Abraão Vicente, de 38 anos, não separa o povo do seu contexto. "Falar de um povo como único e homogéneo, com as mesmas condições de acesso e fruição da literatura e da cultura acaba por limitar as próprias condições de análise", diz o escritor, para quem antes de dar uso aos livros, é necessário dar acesso aos livros. E por essa via, Abraão Vicente, retoma a questão da política da promoção do livro e da leitura nos países de língua portuguesa. Uma promoção que só aceita se for pela diversidade. "Precisamos de promover não só os nossos autores, mas também os de outros países".

Sociólogo de formação, Abraão Vicente lembra que Cabo Verde nasceu como "um povo de mistura" da África, Europa, América e Ásia, para justificar, enquanto ministro, que não concebe uma política da cultura que pode aproximar os povos se não houver presença equitativa entre os autores nacionais e estrangeiros. "A literatura aproxima os povos? Sim, tem aproximado. Principalmente a nossa literatura musical, aliás, a que mais promove Cabo Verde", diz, chamando os exemplos da Cesária Évora, Lura, Tito Paris, entre outros. "É apenas parte da

nossa literatura", ressalva.

Contudo, questiona: "Conhecemos o suficiente para nos aproximarmos através da literatura?" Abraão Vicente cita Ondjaki, Mia Couto, Ana Paula Tavares, que são conhecidos em Cabo Verde, mas questiona se as suas obras são conhecidas o suficiente para se poder dizer que "essa" literatura aproxima os povos.

O ministro da Cultura e das Industrias Criativas de Cabo Verde, cujo país assume a presidência da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), sob o lema "Cultura, pessoas e oceanos", aproveita para realçar que a CPLP é um espaço por se concretizar. "É um espaço de memória, de afectos e de história, mas não conseguimos ser um espaço efectivo onde as pessoas



Embaixador do Brasil, Paulino de Carvalho e a Secretária de Estado da Cultura, Maria de Jesus da Piedade

partilham economia, conhecimento e, principalmente, onde as pessoas possam circular", diz, lembrando que, enquanto houver barreiras à circulação de pessoas e bens, haverá sempre dificuldade na comunicação. "Precisamos de romper as barreiras", diz, esclarecendo que até "podemos ser utópicos, mas só a literatura não chega para aproximar os povos, tal como só a música não chega, ou a cultura em si..."

Como resposta a esse desafio, Abraão Vicente adianta que, durante a presidência da CPLP, a proposta do seu país é dar passos importantes na mobilidade e livre circulação de pessoas e bens. "É um primeiro passo para haver integração". Numa primeira fase propõe-se a livre circulação de artistas e de bens culturais.

Na sequência, José Luís Mendonça viria a propor uma plataforma electrónica para a disponibilização de obras dos autores de língua portuguesa, a fim de garantir maior acessibilidade aos jovens e não só, que hoje se debatem com a falta de hábito de leitura ou mesmo o simples desconhecimento de autores africanos.

Na qualidade de moderador, o escritor José Luís Mendonça, acompanha as propostas de Abraão Vicente quanto à livre circulação de artistas e bens culturais, ou mesmo quanto ao reforço da cooperação entre os países africanos de expressão portuguesa. O curador do II Festlab vai mais longe e propõe mesmo um prémio literário na comunidade dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Segundo o poeta, o proposto prémio pode levar o nome da escritora e poetisa são-tomense, autora do Hino Nacional, Alda do Espírito Santo, numa necessidade que se impõe de contrapor o Prémio Camões, instituído pelos

governos do Brasil e de Portugal em 1988. "Os países podem contribuir financeiramente para o prémio em função do peso económico", disse.

CONSTRUÇÃO DE NOVAS PONTES

Para essa "nossa imensa capacidade de construir pontes", como diz Abraão Vicente, é chamada Maria João Cantinho, escritora portuguesa, que não perde a oportunidade e lembra mesmo que, em relação às propostas do ministro cabo-verdiano, Portugal e Brasil têm grandes responsabilidades. "Portugal por ser o país da língua-mãe e o Brasil por ter essa capacidade aglutinadora, por ter mais falantes da língua portuguesa do qualquer um dos outros países".

Nascida em Lisboa, em 1963, Maria

Vieira e do moçambicano Mia Couto. "Luandino estava preso quando começou a ler a obra do Rosa, que foi libertadora, embora o autor não tivesse essencialmente essa preocupação".

Quanto à aproximação entre os povos, Flávia Amparo faz referência ao impacto da Lei 10.639/03, alterada pela Lei 11.645/08, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental até o ensino médio. Ao ressaltar a importância da cultura negra na formação da sociedade brasileira, para lá do recorrente tema da escravidão negra africana, Flávia Amparo explica que o impacto "é surpreendente". Doutora em Literatura Brasileira, especialista na poesia de Machado de Assis, Flávia conta que, desde a aprovação da lei, só sobre a Angola, estão registadas na base de dados 92 teses sobre diversos temas, desde a literatura à medicina, passando pelas ciências sociais. Neste período, 15 autores angolanos já foram estudados em diferentes teses de universidades brasileiras, de Norte a Sul. Entre os angolanos o destaque vai para Pepetela, com 11 pesquisas nos últimos seis anos. Já Mia Couto, no rol dos países africanos de língua portuguesa, lidera as pesquisas com 25 teses no mesmo período. "A lei tem uma penetração muito lenta, mas sem dúvida foi de grande relevância".

Ondjaki, um dos 15 escritores angolanos que tem sido estudado nas universidades brasileiras, explica que há ainda muito por se fazer para construção do diálogo ou de pontes. O escritor diz que do lado pessoal, ou melhor dos povos, só existe fraternidade, abraços, amizades e afectos. "O que falta? Falta diálogo institucional", numa referência à proposta livre circulação de artistas e bens culturais. "Nós os cidadãos já nos entendemos. Só faltam os políticos", diz, dirigindo-se, sorridente, ao amigo e antigo colega Abraão Vicente.

Autor de "Os Transparentes", Prémio Saramago, Ondjaki rejeita a ideia de que escreve na língua do colonizador, numa resposta aos que ainda recusam as diferentes vertentes da língua portuguesa. "Escrevo na língua que me ensinaram no meu país. Na minha língua portuguesa. É preciso que se respeite as variantes, pois há sim línguas portuguesas". Recorrendo a uma frase de Mia Couto (para a qual pede atenção para que não se confunda com a de Fernando Pessoa), atira: "A minha pátria é a minha língua portuguesa".

Já a directora da revista digital de letras "Caliban", Maria João Cantinho, vê a beleza da diversidade. "Acho uma delícia a diversidade. A diversidade é que mantém a força da língua portuguesa", reforça, e diz que é imperioso que se valorize a beleza da heterogeneidade, numa referência às diferentes variantes da língua. "Os escritores que eu mais admiro nem sequer são portugueses, são brasileiros. E um português dizer isso é quase uma heresia", arrisca, chamando os exemplos de Guimarães Rosa e Clarice Lispector. "É um prodígio o que eles fazem com a língua".

João Cantinho, que é doutorada em Filosofia, vê uma "óbvia" interdependência entre Literatura e Desenvolvimento Social. "Não podemos continuar na posição de escritores que escrevem para servir-se a si próprio", diz, advogando o papel dos artistas no compromisso com uma sociedade melhor. Detentora de uma obra dividida entre o ensaio e a poesia, e ambas reconhecidas, Maria João Cantinho explica que não se trata de "fazer panfleto político ou andar a fazer campanhas", trata-se de construir acessibilidades. "Vejo cada vez mais escritores preocupados com o seu umbigo", atira, sem receio de ser politicamente incorrecta. "Estão menos preocupados com a sociedade em que vivem. É dramático. Não tomam posições sobre nada".

Já a professora de Literatura Brasileira, Flávia Amparo, prefere dizer "sim e não" à interdependência entre Literatura e Desenvolvimento Social. "A literatura é por si só paradoxal", começa por dizer. Flávia Amparo cita o exemplo do escritor brasileiro João Guimarães Rosa (1908-1967), bastante apreciado em vários países, sobretudo por escritores politicamente activos, mas que, entretanto, foi acusado de ser um autor "pouco engajado" no Brasil.

"Preocupou-se mais com a questão estética do que propriamente com o desenvolvimento social, ou questões sociais", diz. Mesmo descurando as questões sociais e valorizando sobremaneira a questão estética, a obra de Guimarães Rosa foi altamente difundida em todo o mundo, rompendo as fronteiras e sendo levados, por outros escritores, para países que enfrentavam uma problemática social semelhante com a brasileira, como Angola e Moçambique, tendo influenciado as obras do escritor angolano Luandino

EM SENTIDO INVERSO

O outro lado da música de intervenção

Novembro é independência e remete-nos à música de intervenção e da arte engajada. E como acontece em vários sectores do nosso país continuamos a não olhar para um todo e concentramo-nos apenas num segmento.



ANALTINO SANTOS

A música de intervenção, onde o sentimento nacionalista inicialmente era mais forte do que a simpatia pelos movimentos de libertação, acendeu a chama pela libertação dos angolanos. Neste período, ao tempo da República Popular de Angola (RPA), as rádios, televisões e mesmo a imprensa escrita brindaram-nos com temas da canção revolucionária ou de intervenção, muito diferente destes últimos anos, marcados pelo surgimento de uma nova saga e vaga de canções que exaltam um certo patriotismo, nacionalismo e angolanidade, com temas discutíveis em construção.

As músicas de intervenção daquele tempo são, maioritariamente, de exaltação ao percurso do MPLA, ouvindo Carlos Lamartine, Santocas, Santos Júnior, Calabete ou Os Kissan-

guelas, mas acabamos por saber daquilo que foi feito apenas por um dos lados, sendo que, afinal, outros movimentos tiveram também as suas músicas de intervenção.

Um dos slogans (palavra de ordem ao tempo da RPA) para este ano é justiça social. E olhando para o mantra "produzir mais e distribuir melhor" transportámos para a nossa realidade artístico-musical e facilmente notamos a ausência destes desígnios.

Por isso, tentamos escutar responsáveis doutros dois movimentos históricos que viveram esta fase, que tiveram cantores que também fizeram e fazem intervenção e fazem-nos uma panorâmica das experiências da UNITA e da FNLA neste campo.

Poucos sabem, mas antes da proclamação da Independência Nacional, Teta Lando lançou a música "Indepen-

dência", tido como sendo um LP para a FNLA. Carlos Lamartine, por sua vez, compôs e interpretou "Angola Ano Zero" para o MPLA. E Milá Melo celebrou-se com a música "UNITA".

Novas músicas engajadas precisam-se e que os fazedores de arte deixem de se prostituir. Ou melhor, sejam artistas e não activistas políticos. Miguel Pinto, pela FNLA, e Jaka Jamba, pela UNITA, mostraram em conversa com o A Capital o outro lado do envolvimento dos músicos e actualização dos artistas.

Ao iniciar a falar sobre o papel interventivo que os artistas angolanos tiveram durante o período colonial e nos primeiros anos da Angola libertada, Miguel Pinto rebuscou a história do Ngola Ritmos, célebre grupo musical, que não teve apenas protagonismo no cenário musical, mas que este-

ve também ligado ao activismo social e político, facto que precipitou o desterro do seu líder, Carlos Aniceto Vieira Dias, o conhecido "Tio Liceu".

"Este processo foi evoluindo nos anos 60 e 70". O político da FNLA, agora a desempenhar as funções de porta-voz do partido fundado por Holden Roberto, recorda que o pós Ngola Ritmos foi marcado por um outro fenómeno: o surgimento do conjunto musical Kiezos, que se viria celebrar com a também célebre música "Milhorró", uma letra forte que provocou a reacção da então polícia repressora do regime português vigente em Angola, a PIDE-DGS, que resultou na prisão de alguns elementos do conjunto.

Miguel Pinto recorda ainda de "Kimbemba", uma letra e interpretação de Teta Lando, de carácter sarcástico e que também conheceu a reacção da mesma PIDE após tradução por parte dos seus informadores (bufos). Os músicos, à semelhança dos Kiezos e de Teta Lando, tiveram um forte impacto e grande intervenção na luta pela Independência Nacional.

No "camarim" do "Galo Negro"

Por outro lado Jaka Jamba em nome da UNITA a apresentou quatro componentes da música de intervenção, sendo a primeira "aquela feita nas áreas em que a UNITA encontrava-se durante o período de resistência à presença colonial, onde a população já tinha grande criatividade às canções de protestos contra a dominação colonial. "Se abrirmos os arquivos, se formos fazer uma pesquisa das canções populares do leste de Angola, onde estivemos, antes da presença do partido já havia canções de protestos", lembrou.

O antigo representante angolano na UNESCO acredita ser difícil compreender este facto, uma vez que geralmente se dá primazia às canções em português. E exemplificou, brindando-nos com uma canção interpretada em Luvalé. É mais ou menos assim: "Salazar kuputu oku mona bongoetu". Traduzida, é como dizer o seguinte: "Salazar em Portugal, ao olhar para as nossas riquezas, deu aos filhos dele e os nossos não foram tidos em conta".

Estes temas do folclore angolanos, que já foram encontrados, terá de alguma forma facilitado a mobilização, pois é deste modo que as populações obtiam as suas experiências de luta. "Para a mobilização, vá junto ao povo, viva com ele e construa a partir daquilo que encontrares", filosofou antes de entoar uma outra canção: "Olo diamante, palate, otchiete, ukua seo lóngola, maiunhé maiumhe". Este era um grito de denúncia: "o diamante, o ouro e prata são riquezas que não beneficiamos".

Para a segunda componente, Jaka Jamba refere-se ao papel do canto como factor de mobilização da população ante a necessidade de uma resistência prolongada. A UNITA, por exemplo, teve em boa conta os vectores mais importantes da cultura do povo e, por isso, desenvolveu uma série de canções. Quer aquelas com uma tendência mais marcial e militar, como aquelas que evidenciavam aspectos da história, apelando para as grandes resistências do território do que é actualmente Angola.

De acordo com o nosso interlocutor, o partido de que é militante já tem proposto, a vários níveis, a consagração de um cancionero nacional tendo em vista a força e a importância que temas folclóricos tiveram para a luta de resistência. "Facilmente encontrávamos a tendência do uso de temas do cancionero tradicional em músicas para os recrutas das FAPLA, FALA e ELNA. E nos dias de hoje, possivelmente, encontraremos esta adaptação", afirma.

A fase seguinte, a terceira, compreende "canções de intérpretes que se simpatizavam com a UNITA em temas de protestos". Porém, o político acrescentou um outro elemento: "era a poesia engajada que era declamada e algumas chegaram a ser cantadas".

A última componente proposta por Jaka Jamba é aquela que "abordou a riqueza e a importância da simbiose entre a canção religiosa e as preocupações políticas". O Planalto Central conheceu um vulto que atendia pelo nome de Henriques Capingala Sukakuetchu, um tocadour de órgão considerado por Jaka Jamba como uma personalidade importante por revelar-se grande promotor da música religiosa ao combinar na perfeição o canto religioso com a preocupação para a libertação dos angolanos da repressão colonial então vigente.

O também ministro da Educação de Angola pela UNITA ao tempo do Governo de Transição, que antecedeu a proclamação da Independência Nacional, trouxe à baila mais um exemplo de exaltação do cântico evangélico mas com pendor de intervenção política. "Se Vaya vaya Sukue yemu", que significa "Louva a Deus".

Trata-se de um canção cuja melodia e mensagem integram o hino da FNLA. "Os quadros do Planalto Central influenciaram, de uma certa forma, para a passagem do tema religioso para a vertente política", reforçou Jaka Jam-



ba. Aliás, na mesma época, um outro cântico surgiu e foi acolhido de bom grado. O político refere-se à canção "Sumului Oca Olofeka Asuku", cuja melodia tornou-se no hino da Organização de Unidade Africana (OUA), a antecessora da União Africana (UA), que é a mesma canção que os sul-africanos intitulam "Sikelela Afrika Yetu", que mais palavra, menos palavra, é o mesmo que dizer "abençoe, Ó Senhor, os povos africanos e desperte-os do sono da morte".

A resposta da FNLA

Seguindo a evolução deste período de contestação, Miguel Pinto apresenta um quadro que antecede a Independência Nacional, destacando-se, por um lado, intérpretes como Bonga, com reconhecidas intervenções políticas, Ruy Mingas cantando os poemas de António Jacinto e, mais uma vez, Al-

berto Teta Lando, que surge a clamar pela união dos três movimentos com a música "Angolano Segue em Frente", já com um forte sentido de unidade nacional, pois sentia a possibilidade da eclosão de uma guerra civil.

Surgiram, então, os acordos de Mombasa e de Alvor. E estava-se ainda no sentido positivo das coisas. E veio depois o sentido negativo, na visão do dirigente da FNLA: a intervenção maciça de muitos artistas angolanos na guerra civil até à chegada do MPLA ao poder.

Mas, segundo Miguel Pinto, com um senão: "estes artistas não cantaram para a unidade nacional, pois neste período as mensagens eram de ataques declarados para aqueles que não pertenciam ao MPLA", reclamou.

Depois acrescentou: "foi com uma intervenção extremamente virada para o lado negativo, onde o MPLA con-

seguiu colocar muito artistas", revelou, não escondendo uma certa tristeza. E recordou exemplos: "António Paulino saiu com "FNLA Pontapé", o David Zé com "Imperialismo", esquecendo-se que os 'ismos' estavam quer no imperialismo americano, como no comunismo soviético". O resultado, este, não poderia ter sido pior: "esta classe musical ajudou a dividir mais o povo e apareceu num momento impróprio para um país que estava entrar para uma guerra civil.

Miguel Pinto lamenta que esta tendência tenha persistido mesmo após a proclamação da Independência Nacional. Em resposta, mesmo fora do país, Teta Lando lançou algumas músicas proibidas localmente num LP dedicado à Holden Robert com o suporte instrumental da célebre orquestra zairense Tout Puissant Ok Jazz, onde se destacavam as músicas "Negra de Ca-





rapinha Dura" e "Eu Vou Voltar".

Essas músicas, na apreciação do actual porta-voz do partido fundado por Holden Roberto, demonstravam já a preocupação do cantor com a unidade nacional. O político não escondeu a admiração daquela que considera como um exemplo de imparcialidade na música de intervenção: o apelo ao "funji de Domingo".

Chegamos um período em que as opções dos artistas e circunstâncias como as áreas de controlo dos movimentos influenciaram grandemente nas composições dos artistas. Mas, mais do que isso, a capacidade de persuasão e o carisma dos líderes políticos teve também muito peso. "Neste período de promessas e sonhos houve muito oportunismo não apenas por parte dos artistas, mas também por parte dos políticos", reconheceu Miguel Pinto.

E acusou: "o MPLA conseguiu reunir todos os artistas em torno de si para legitimar o seu poder". E aqueles que não partilhavam com os ideais do MPLA acabaram remetidos num profundo ocaso. Miguel Pinto fala, por exemplo, de nomes como de Alberto Teta Lando, Sam Mangwana, Paulo 9 e Zé da Viola, apenas para citar estes, que acabaram ostracizados por revelarem-se militantes da FNLA.

"O reconhecimento do Teta Lando veio apenas nos últimos dias da sua vida. Quanto a existência de músicos de renome que foram relegados por serem da FNLA diz que existem muitos como Já Sam Mangwana teve muito sucesso no exterior, mas agora apenas é reconhecido quando se vira mais para o lado do partido da situação. Paulo 9 e Zé da Viola e muitos outros não conseguiram seguir as suas carreiras porque estavam ligados ao nosso partido", referiu Miguel Pinto.

Os dois intervenientes, Miguel Pinto e Jaka Jamba, comungam de um mesmo denominador comum: "o problema cultural deve ser analisado e discutido de forma séria e abrangente por todos os partidos políticos, historiadores, intelectuais e, sobretudo, homens de cultura, porque a cultura não pode ser feita apenas de um lado".

Entendem, pois, que ao longo de todo este período "a cultura tem sido feita apenas do lado daqueles que têm o dinheiro e sustentam o governo". Por isso, defendem: "a cultura não deve ficar numa gaveta em que eles vão dirigindo da forma que bem querem, onde os artistas que não cantam a favor do sistema têm problemas".

"Parece que o Ministério da Cultura conta com mãos invisíveis que a dirigem. Mas não pode ser assim, porque

o Ministério é de todos os angolanos", defendeu Miguel Pinto, no que foi corroborado por Jaka Jamba, para quem "a cultura deve ser debatida seriamente e os apoios aos criadores deve ser feito de forma inclusiva".

Tempos novos, velhos hábitos?

O porta-voz da FNLA, Miguel Pinto, não desarma nas críticas que faz quanto à política cultural vigente no país, sobretudo no capítulo musical, onde, para ele, haverá ainda nos dias que correm filhos e enteados. "Surge uma outra forma de intervenção de músicos, como é o caso de Matias Damásio, e o MPLA está novamente a agarrar os músicos para cantar em seu nome em plena democracia, onde o cantor se deve soltar mais", apontou.

Não concorda que outros artistas, como são os casos dos rappers nacional, são tratados. "Basta olhar para o Brigadeiro 10 Pacotes e outros rappers! As suas músicas não tocam, eles não aparecem em espectáculos. O povo deve ouvir de tudo desde que não passem mensagens obscenas e não fomentem a desordem pública. Estas intervenções são necessárias. Já passam 38 anos e a juventude amadureceu e acompanham melhor o país em que vivem", reflectiu o dirigente do "partido dos irmãos".

Diz não entender por que carga d'água Teta Lágrimas, irmão mais novo de Teta Lando, prossegue relegado para plano secundário, "quando tem e canta temas de intervenção muito fortes, mas que acabam por não serem divulgados nas rádios e televisões".

E, por isso, colocou o dedo na ferida: "O MPLA está a impedir, mais uma vez, a criatividade dos artistas e o surgimento da arte como vida do nosso povo". Neste particular, Jaka Jamba também opinou: "o mais importante é criarmos uma tribuna que permita uma melhor apresentação da nossa canção, tanto aquela mais popular de momento, como aquela mais ligada ao protesto e engajada".

1975: a "independência" dos outros Poucos, sobretudo entre a nova geração, saberão como foi vivido o 11 de Novembro de 1975, dia da proclamação da Independência Nacional, para além das fronteiras de Luanda, mais concretamente nas províncias do Uíje e do Huambo, que naquele dia se tornaram, então, em redutos da FNLA e da UNITA.

No Uíje, Holden Roberto, militantes e simpatizantes concentraram-se no Largo do Palácio. Entre os músicos presentes para abrilhantar aquela cerimónia destacavam-se o Conjunto 15 de Março, que acompanhou músicos como Teta Lando e Zé da Onda, além de um outro jovem, identificado apenas como Carlitos, que veio a lançar mais tarde uma música com o grande Luambo Makiadi "Francó". "Muitos deles já tinham nome no Congo. O conjunto surge do facto de existirem muitos artistas angolanos nas bandas do antigo Zaire"

Por quê deste fenómeno? "A Batalha do Ambuíla levou vários nortenhos ao Congo Belga e estes levaram a música e ensinaram a guitarra acústica aos

congoleses. Desde facto resultou que não existiam bandas congolesas sem a presença angolana e assim reuniu-se vários artistas angolanos no Congo e criamos o Conjunto 15 de Março", explicou Miguel Pinto, para quem era difícil no então Zaire de Mobutu Sese Seko a existência de um grupo sem a presença de "basongos", como eram rotulados aqueles que descendiam de angolanos.

No Huambo, recorda Jaka Jamba, a independência proclamada pela UNITA teve como recinto escolhido o Estádio das Cacilhas. Com um misto de tradicional e do moderno daquele período, o agora deputado lembra que a parte cultural daquele acto político foram abrilhantados por vários artistas e grupos musicais em várias zonas da cidade, com destaque para Milá Melo.

Despontaram também nomes como de Katchiungo, Poeira e outros jovens que chegaram a editar discos. Eram referências nas zonas controladas pela UNITA.

Uma inversão de marcha?

Demonstrando ser um homem de cultura, Jaka Jamba referiu-se ao Prémio Nacional de Cultura e Artes (PNCA) deste ano atribuído a Justino Handanga na categoria de música como sendo a quebra de um dos obstáculos que impediu que o mesmo venesse o prémio em edições anteriores.

"Nem toda a gente entende a língua umbundu, sobretudo os círculos mais sensíveis a coisa cultural, mas as músicas de Justino Handanga são de uma criatividade extraordinária e podemos encontrar uma dimensão que em português não emergiu que é do balanço do tempo da guerra", explicou.

"A guerra com todas as suas sequelas encontra-se aí ilustrada e não tem só um interesse cultural em termos de música, mas em termos de história e de criatividade musical. O mesmo ocorre com grande parte desta cultura feita no tempo de resistência. E como foi feita em línguas nacionais, nem todos entendem", adiantou.

Por isso defende: "é necessário identificar um quadro que permita uma melhor explicação, uma melhor apresentação para ver o que isto representa em termos de criatividade artística, em termos de mensagens e de um momento histórico, onde os povos buscaram criar respondendo às condições e aos desafios que se colocavam face a sua resistência".

Dado curioso

Revelações feitas a este jornal por músicos que cantaram em prol do MPLA, entretanto na condição de anonimato, dão conta que neste período muitos dos que "estavam fortemente inclinados ao regime colonial" apareceram a cantar depois para o partido que proclamara a independência de Angola. "Esses falsos camaradas, muitos dos quais estão bem identificados, assumiram-se depois como sendo os mais revolucionários", apontaram. Quem serão, na verdade, esses "falsos camaradas"?



TRAJECTÓRIA DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO E CULTURAL

As primeiras medidas visando a protecção do Património em Angola datam dos finais do século XIX, quando em 1889 foi instaurado o primeiro processo de classificação, atribuída à uma estátua de Pedro Alexandrino da Cunha. Em 1922 ocorre uma segunda classificação, desta vez atribuída à uma edificação religiosa, em Luanda, a Igreja de Nossa Senhora da Nazaré.

Ocorreram várias classificações mas todas elas direccionadas para edificações que simbolizavam o colonialismo em Angola. Foram classificadas várias fortalezas e igrejas. As outras edificações ou monumentos não tinham o mesmo tratamento ou protecção porque os portugueses achavam que não se identificavam com eles. Logo, este património edificado era desprezado quando muito não fosse destruído devido à restrições aplicadas no processo de selecção.

Quando em 1975 nos tornamos independentes “herdamos” uma lista de pouco mais de 30 monumentos classificados!

Depois da proclamação da independência ocorre às autoridades angolanas a promulgação de uma legislação coerente com relação aos procedimentos de selecção, identificação e classificação do Património. Referimo-nos ao histórico Decreto presidencial 80/76, de 3 de Setembro. É ao abrigo desse Decreto que ocorre uma vaga de classificações do Património Angolano, incorporando as outras categorias e estilos de edificados, sítios históricos e paleontológicos, em todo País.

Em âmbito nacional, a protecção do património cultural passa a estar intimamente ligada ao enfoque da política cultural do país. Com efeitos foram desenvolvidas medidas proteccionistas de carácter técnico, jurídico e institucional. A este propósito foi criado o Instituto Nacional do Património Cultural (INPC).

No âmbito da execução da Política de Defesa e Promoção do Património Histórico e Cultural Angolano, este Instituto tem como base legal a Lei nº 14/05, do Património Cultural que veio colmatar as lacunas registadas durante a vigência do Decreto Presidencial nº 80/76, de 3 de Setembro.

Hoje o nosso País conta com de 265 monumentos e sítios classificados em várias categorias e tipologias e está em processo a integração de alguns desses bens na Lista Indicativa a apresentar ao Comité do Património Mundial da UNESCO.

Reflexão sobre o Presente e o Futuro do nosso Património

Não obstante a existência, no nosso país, instituições públicas e legislação apropriada que actuam e apelam para



os princípios éticos, deontológicos, morais e cívicos inerentes à preservação do património histórico, cultural, artístico, arqueológico e natural e, que detêm a prerrogativa de fazer a sua gestão global e fiscalização, existe ainda um tímido interesse dos vários outros agentes e intervenientes, nomeadamente a malha de instituições públicas e organizações da sociedade civil com responsabilidades implícitas ou explícitas nesse processo. Logo, vários e muitos bens inestimáveis da nossa identidade e memória colectivas continuam sentenciados ao desaparecimento. Apesar de todo avanço que tenhamos atingido em matéria de inventário e reconhecimento, que são, na sua essência, os principais instrumentos administrativos e legais para que sejam conservados e o garante dos vários mecanismos complementares que propiciam a sua salvaguarda, promoção e fruição, entre nós, falta ainda, o desenvolvimento de uma atitude preservacionista. Somos forçados a fazer recurso à nossa memória para recordar que durante a época histórica do colonialismo português, foram adoptados critérios e medidas de natureza parcialista ou discriminatória quanto à protecção do património. Como exemplo flagrante desta afirmação, pode-se aqui referir que a legislação colonial era aplicada tendo em conta, fundamentalmente, os edifícios ou construções que se identificavam à partida com os objectivos da sua presença e influência, ou seja, os marcos do exercício do poder colonial, como sendo as edificações de carácter militar-defensivo (fortalezas), religioso (igrejas) e civis (arquitectura tradicional portuguesa e alguns edifícios institucionais), que pela natureza destes estavam vinculados aos propósitos de colonização, cristianização e comerciais. De certo modo, pode dizer-se que assim ao procederem, os agentes da colonização portuguesa atestavam certa ignorância relativa-

mente às obras das populações que encontraram em Angola; pelo que, com essas injustas limitações, as construções e outras criações singulares do povo angolano (incluindo-se aqui as referências culturais imateriais que moldavam as suas identidades) embora sujeitas à igual protecção, simplesmente, não dispunham de força moral nem disponibilidade real para serem protegidos, pois que, para os portugueses, essas evidências não passavam de “meras coisas exóticas”, por isso, desprovidas de memória e impossíveis de datar ou de identificar.

Na realidade, o incremento e desenvolvimento da acção de levantamento (inventário) de todos os bens passíveis de classificação, protecção e salvaguarda como Património Histórico-Cultural começaram pouco depois do colonialismo ter ficado para trás.

As mais de duas centenas de bens classificados e mais do que bens ligados à hegemonia e civilização ocidental (os monumentos de pedra e cal), foram classificados bens de outras tipologias patrimoniais representativas da história e cultura angolana. Porém, a relação entre a degradação de muitos desses bens de acentuado valor patrimonial e o fenómeno da revitalização urbana, não tem sido muito bem equacionada. Pressupõe-se, logo à partida, a extinção da arquitectura histórica para pretensos propósitos de embelezamento cidadão.

Ou seja, como não são tomados os devidos cuidados correspondentes nomeadamente aos trabalhos sistemáticos e adequados de manutenção e conservação indispensáveis à prevenção e detenção dos danos, facilmente fica justificada a ideia de que a generalidade dos casos é irreversível e de impossível reconversão ou manutenção dos edifícios existentes. O certo é que o fenómeno de reconstrução ou revitalização tornou-se num incontornável inimigo da preservação dos lugares de memória das nossas cida-



EMANUEL CABOCO

des. Pois, qualquer uma delas e, sobretudo Luanda, que se tornou num estaleiro de obras, está confrontada com a delapidação do seu património arquitectónico e conseqüentemente com a descaracterização dos seus núcleos urbanos, devido à incorporação de modelos novos de construção disfarçados de modernos.

A verdade é que nos demitimos de pensar e de nos preocuparmos em manter os marcos da vida anterior das nossas cidades e os anais de pedra que contam a sua história e testemunham a sua evolução ao longo dos tempos. Luanda, por exemplo, hoje, não parece ter a idade que tem, ou em outra análise, ficamos com a impressão de que as pessoas tenham envergonha da velhice ou idade da cidade, cuja urbanização, conta com quase cinco séculos de existência! O seu centro histórico sofreu uma grande “cirurgia plástica”. Os antigos sobrados deixaram de fazer parte da paisagem construída e urbana da “cidade velha”, dando espaço a novos prédios que, apesar de todo o aspecto de novo ou moderno que possam a ter, tornam a cidade, cada vez, menos atractiva do ponto de vista turístico, que é a qualidade que já teve há anos. Em matéria de conservação e manutenção andam muita gente ainda esquecida que para o património e, como tudo, é melhor prevenir que remediar. Ou seja, é mais fácil preservar, menos oneroso, menos custoso, do que mais tarde, reformar ou restaurar. Quer dizer que a conservação preventiva é uma solução de inteligência que está em relação directa com a superação dos problemas que enfrentamos relativamente à sua salvaguarda do património no nosso país. Por outro lado, ignora-se ainda ou fazemos de conta que não sabemos que o património tem um valor económico e um papel importante no processo de desenvolvimento sustentável das comunidades e das nações.

Contudo, o património pode ser explorado sim: como valor económico, como fonte segura de geração de renda interna e no turismo, de redistribuição da renda nacional e assim por diante. Para tal é preciso que sejam criados mecanismos para a valorização social da preservação desse património.

E valorizá-lo não é nada mais, nada menos que reavivar sistematicamente a memória dos lugares e dos monumentos, mantendo, permanentemente, o seu vínculo entre as gerações passadas, presentes e futuras. Só assim, poderemos evitar a acusação de delapidadores do nosso próprio património.

CUNENE

O VALOR DO GADO NA CULTURA DOS AMBÓ E NYANEKA-HUMBI

DOMINGOS CALUCIPA | Ondjiva

Que o Cunene é uma província com grande tradição na criação de gado bovino, ombreando com as vizinhas Huila e Namibe, muitos sabem. Mas que o usufruto desse mesmo potencial ganadeiro para o auto-sustento dos seus donos deve obedecer a determinadas regras culturais, poucos sabem. A fama de que a província é rica em gado corre pelo país, pois são mais de um milhão de cabeças, que chegam a superar numericamente a população humana local, que ronda nos 950 mil habitantes, conforme dados do último censo.

Para os povos ovambo (kwanhamas, mumbadjas e muvales) e nyaneka-humbi o gado representa tudo nas suas vidas. O boi constitui a sua principal riqueza, um símbolo cultural, e ao mesmo tempo um sinónimo de ostentação e de honra.

Mas há uma pergunta que surge com bastante frequência quase por todo o país: sendo o povo do Cunene detentor de muito gado, por que razão tem passado por carências de várias ordens?

A resposta é dada por João Haimbondi, de 65 anos, um criador tradicional nato de bovinos e caprinos. O criador sustenta que na cultura dos povos locais, o gado bovino é um recurso bastante valioso e sagrado. É considerado uma reserva, um banco, que só se deve tocar em situações de extrema aflição, como a morte de um familiar, ou em festas tradicionais.

Na cultura dos ambó, particularmente, todo o homem que faz parte da tribo deve possuir gado bovino e um eumbo (kimbo) para ser considerado e respeitado, seja qual for a sua ocupação na sociedade, amponês, operário, funcionário do Estado, empresário ou intelectual.

Por norma, um criador tradicional nunca diz o número de cabeças de gado que possui, para evitar ser invejado. É ainda uma prática todo o criador

espalhar sigilosamente parte do seu gado em currais de amigos, como reservas, isto para evitar que, em caso de sua morte, os sobrinhos, filhos da irmã, que são os herdeiros, não fiquem com tudo, em prejuízo dos filhos.

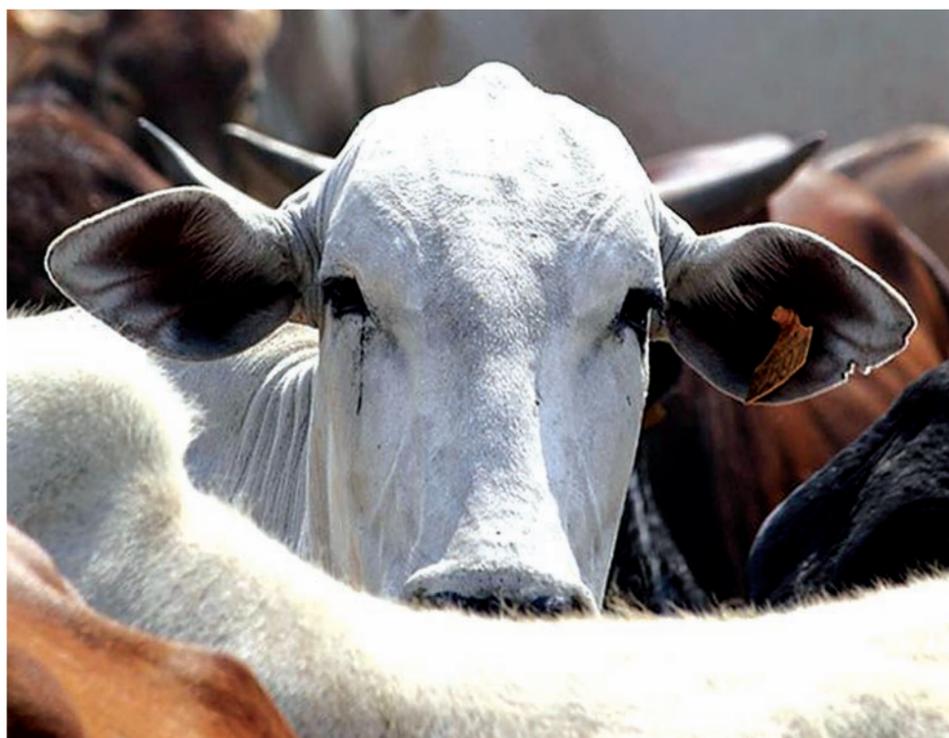
Em situação de óbito de um membro da família, é sacrificada uma ou mais cabeças para alimentar os participantes, independentemente da idade ou da importância da figura perdida. Num acontecimento desta natureza

em que não se abate cabeça, o chefe da família ou a pessoa que acolhe o infausto é desprezada pela comunidade, e do mesmo poucos participam.

O abate de uma ou mais cabeças no óbito, onde a carne deve ser consumida na totalidade, é sinónimo de orgulho da família que perdeu o membro. É uma prática sagrada, pois para além de alimentar as pessoas presentes é um símbolo de nobreza.

Mas é mesmo o efundula (festa de puberdade feminina) e no casamento tradicional, que arrastam multidões nas aldeias, onde o boi deixa de ser uma mera riqueza guardada. Nestas cerimónias chega-se mesmo a abater dez ou mais cabeças. São os momentos de muita fartura de carne.

No caso do efundula, a quantidade de cabeças a abater depende do número das meninas envolvidas na puberdade. Em muitos casos, cada uma delas chega a beneficiar de dois



bovinos machos, que devem estar sempre bem nutridos, oferecidos pelo pai.

Na doença

Para os ambó e os nyaneka-humbi em caso de doença de um membro da família, seja qual for a gravidade, dificilmente o gado serve de recurso para salvar a vida. Ou seja, raras são aquelas famílias que pegam numa ou duas cabeças para vender e com o dinheiro

tratarem da saúde do seu ente.

Nestas situações, muitos são eivados pela ganância dos bois, se se retira um animal, o número no curral vai reduzir, já que a tendência é ver a manada a crescer cada vez mais. Outros agem da mesma forma por pensarem que, se o indivíduo doente morre, eles têm a chance de herdarem os bens, sobretudo o gado.

“Quando alguém está doente, a família não mexe nos animais para vender e salvar a vida, levam-no só ao hospital, aguardando por um milagre. Dizem sempre que não têm nada, e os bois que se encontram nos currais deles não lhes pertencem”, disse João Haimbondi.

O mesmo acontece em situações de fome. Muitos preferem sofrer com a crise alimentar dentro das suas casas a abaterem ou vender uma cabeça para o sustento da família. O que se diz é que “isso vai passar já”.

Há quem chega a perder várias unidades da sua manada por causa da estiagem, sem sequer comercializar uma.

As multas

Na cultura local, o boi é também uma mercadoria que serve para pagar determinadas multas pela violação de certas normas tradicionais ou por de-





terminados crimes cometidos.

Por exemplo, quem tira a vida de outra pessoa deve pagar a família da vítima entre seis a doze cabeças. Quem tira uma vista a outrem lhe são cobradas duas a três cabeças.

Já quem tira o dente de alguém assujeita-se a pagar igualmente dois a três bovinos, não importando o tamanho do animal. O pagamento é de cumprimento obrigatório, ainda que passem alguns anos.

Quando se trata de adultério cometido por uma mulher, o homem com quem esta se envolveu é submetido a uma multa que vai de uma a duas cabeças. Engravidar uma jovem que ainda não fez puberdade dá também boas multas, mas somente na hora de ir efectuar o pedido do casamento, pois considera-se que o homem violou a tradição. Nestas condições, o “infractor” é obrigado a pagar a cabeça que serviria para o efundula da moça e arcar com todas as despesas da festa, para além de pagar os artigos pedidos na carta.

A festa do gado

Entre os diferentes rituais dos am-bó está também o edano leengobe (festa do gado), uma festa tradicional, que tal como outras não deixa de arrastar gente, que consiste numa competição do gado bovino vindo de diferentes localidades, onde é classificado o melhor animal quanto a qualidade e ao peso. Esta cerimónia, normalmente realizada entre os meses de Junho e Agosto de cada ano, tem como grande finalidade a demonstração de ostentação por parte dos criadores. Normalmente participam aqueles criadores com um verdadeiro potencial ganadeiro, e durante o evento são abatidas várias cabeças para o consumo dos participantes.

O vencedor da competição, segundo João Haimbodi, não recebe qualquer prémio material, pelo contrário ele tem a obrigação de recompensar o pastor do seu gado com algum bem, por ter sido o responsável pela qualidade apresentada pelos animais.

Flores para Martinho Samba (*in memoriam*)



BARROS NETO

Eram vinte e tal (do dia 21.05.1974) quando a Emissora (não sei se a «Oficial» ou a «Católica») deu a notícia do falecimento do padre Martinho Samba. Ao ouvir tal notícia, a minha mente levou-me para os fugidos momentos, passados em franca camaradagem com aquele padre, e então fiquei sentido, comovido.

Padre Martinho Samba foi um angolano que combateu pela justiça, pela paz, pela independência de Angola.

Na altura em que muitos padres, amedrontados (ou indecisos), fechavam a boca frente às injustiças e barbaridades perpetradas contra a lei dos próprios homens, Martinho, qual novo João Baptista, chamava as coisas pelo justo nome e, alto e bom som, dizia – para toda a gente ouvir: «não te é lícito!».

Ora, porque falava a verdade, tornou-se odioso, suspeito, subversivo e – à sombra destes princípios de gente farisaica – lançaram-lhe as mãos e meteram-no num mísero calaboiço que era, na terra, o inferno do céu em miniatura: a prisão, misturada com 10 anos de exílio minaram aquele organismo de gigante que a PIDE (DGS) – semente do diabo lançada à terra angolana – sugava, dia após dia.

Quando saiu da prisão, estava mais morto do que vivo e aquela morte lenta – provocada pela PIDE (DGS) – teve o seu epílogo na madrugada do dia vinte e um de Maio de mil novecentos e setenta e quatro, num quarto do «Hospital Universitário de Luanda». Não obstante tudo,



acho que Martinho Samba morreu sorrindo, porque compreendia – em 25.04.1974 – que a verdade (tal como a justiça) acaba sempre por vir à tona.

Foi, pois, nas imediações, às portas da «Terra Prometida», que Moisés, digo, Martinho, fechou os olhos, cantando o nunc dimitis (Lc. 2-29). Tinha acabado a

sua carreira, tinha concluído a sua missão!

Paz à sua alma («entre os lírios da Eternidade»)!



ANTIGAMENTE NO RANGEL...



SOBERANO CANHANGA

O tambor, uma lata de leite de qualquer marca, agredido por um ferro ou uma pedra, gritava ao máximo de sua força. Pá-pá-pá-pá.

Atrás do som, uma, duas ou três senhoras, lábios secos e pés empoeirados de tanto gritar e caminhar, soltavam um coro, alegre para a nossa inocência de tundenge e preocupante para as mães que podiam estar naquela situação um dia, a contar com as nossas travessuras e o seguidismo ao Mam-Brás, ao cavalo-tica-tica, e, sobretudo no tempo de carnaval. Essas as mães confirmavam antes a presença dos seus tumbonga é prestavam-se em passar informação e pedir detalhes sobre o garoto ou garota desaparecida.

- Pá-pá-pá... O gritar intrépido da lata já ampliada ia, deixando rasto na rua varrida manhã cedo pelas mães. Cada uma atacava o seu lado. Lixo tinha lugar, o balde, no quintal, e depois o depósito com ou sem contentor.

Atrás do barulho da lata, ou quase em simultâneo, a manhã aflita e suas companheiras gritavam, quase já sem força. Apenas esperança em reencontrar o filho amado.

- Nanyi wa ngi bongela kambonga Ka dyalééé? É a lata tambor continuava Batucando.

É esse o Rangel do meu tempo, século passado, quarenta anos.

E o som, as trambiquices, as magoelas na carroça do carro do vizinho ou dum visitante qualquer, as pescarias de "bagudas" na vala Senado da Câmara, junto ao Catetão, as cercanias da DTA para apanhar loiça descartável já descartada, os pinos na Chicala e ou na praia do Mbungu, as castanhas de caju que só o comboio permitia chegar ao quilómetro trinta de Viana, tudo isso ainda no ouvido e na memória.

- Vocês, estão a ouvir n'ê? É melhor tomarem cuidado. Se calhar quem se perdeu é vosso amigo da bola ou de brincadeiras. Quando mamã fala não sai é mesmo para não sair.

Qualquer vizinha era tia. Era mamã no aconselhar, repreender se necessário e acarinhar quando injuriado.

- Filho 'lheiro tem 'mbora razão dele. Pra quê só fazer no filho da outra quando você também tem kambonga? - Acudiam.

Hoje, com escolas do povo, colégios privados, ATL e creches para todos os bolsos, media e redes sociais para todos, nem o pregão que procura o filho desaparecido, nem as brincadeiras são as mesmas. Tudo mudou. Até às razões das desapropriações dos meninos. Hoje a atenção redobrada é com raptos de menores. Porque a TV os jogos, as escolas e os quintais murados feitos prisões já não as leva tanto a caçar gafas, apanhar peixinhos para guardar em aquário de garrafão cortado, nadar inocente no perigo da Chicala e Mbungu ou pendurar-se ao comboio para chegar à fonte de castanhas de caju. São outros os males e os remédios também.

... E A COETANEIDADE ENTRE OS KUTEKA

Entre Kisama, Ndala Kaxibo e Tumba Grande (Munenga) fica a região de Kuteka, uma regedoria que atende as aldeias de Mbango, Hombo, Kiphela, Hombo e Mbanze (capital). Cada povoado tem um soba (autoridade tradicional local), sendo o "ngana ou kañane" o título do soberano. Os povos do Kuteka, oriundos de Mukongo (região do Libolo) num tempo que não ficou registado, sempre se consideraram súbditos de ngola, monarquia de Ndongo e Matamba.

Entre os púberes kuteka e não só, o termo "kibhá", corruptela do português "epá", é o designativo de homólogos, coetâneos ou da "igualhagem". E ser Kibhá não é apenas questão de desempenhar papel social semelhante ou nascer ao mesmo tempo. Há "outros condimentos para ser-se kibhá".

Frequentar juntos a iniciação masculina (onzo imema), ter nascido no mesmo período, enfrentar juntos e com galhardia um desafio ou um perigo, frequentar junto as casernas, ter empatado uma disputa, (independente da idade), etc., são atributos para que dois ou mais indivíduos se sintam e se tratem como homólogos. Isso leva a que alguns de idade superior sejam considerados "kibhá" de indivíduos mais novos e vice-versa, dependendo do retardamento ou precocidade em termos de desenvolvimento psico-social e físico. Mas, entre os povos ribeirinhos de Kuteka, nem tudo se resolve entre os "kibhá". Um mais velho o é em todas as circunstâncias. Os mais novos, por exemplo, não devem pronunciar dilates perante os mais velhos e se devem ausentar se esses estiverem em conversa que apenas diga respeito aos pares daquele grupo etário/social. Os mais novos (ainda) são (considerados) "serventes" dos mais velhos ao passo que estes, os makota, são defensores automáticos dos mais novos, sempre que necessário. O soba é ainda a autoridade máxima (sendo que raras são vezes em que as querelas vão à polícia ou autoridades judiciais. Ao kañane (ngana que governa a partir de Mbanze-yo Teka) são remetidos assuntos cuja solução transcenda as competências dos sobas. Querelas que vão desde injúrias, ateamento de fogo em coutada colectiva, pagamento de dívidas, ofensas corporais e até homicídios são, geralmente, reportadas ao soba que os julgamentos segundo a tradição e o direito consuetudinário, resultando em pagamento de indemnizações por parte do ofensor ao lesado.

Os povos de Kuteka, comuna de Munenga, município do Libolo, são pescadores, agricultores, pequenos criadores de gado de médio porte (cabras, ovelhas, porcos), pequenos avicultores (galinhas, patos) e ainda praticam a recolha em escala residual. A pesca é feita no rio Longa, o principal da região, e em outras ribeiras onde os cardumes abundam. Têm laços de parentesco com os Kipala (Kibala), com quem conservam proximidade geográfica e afinidades linguísticas, sendo muitas vezes confundidos mais com esses do que com os kalulenses. Têm igualmente laços com os Kisama, Kindongo, Kilenda e Karyangu.

MASALA, O LEOPARDO

Nº 11

Por: Lito Silva

O CANTO DE LUSUNZI



CURSO DE BANDA DESENHADA

INSCRIÇÕES ABERTAS

NA CASA DAS ARTES

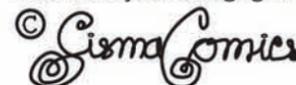


HORÁRIO DA SECRETARIA
Das 10h às 18h, de segunda a sábado
Morada Talatona Via 5



contacto
☎ (+244) 996660065
f casadasartesluanda
info@casadasartesluanda.com

Curso intensivo semestral
Coordenação Pedagógica



CASA DAS ARTES

CONTINUA NO PRÓXIMO NÚMERO